

As falsas questões*

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Publicado em: 25/08/2004

A cidade, ao invés de acolher, integrar, proteger seus cidadãos, estimular a vida coletiva, segrega e ameaça

Nos últimos dias todos ficamos chocados com atos de barbárie que resultaram na chacina de homens de rua em São Paulo. E os cerca de 10 mil moradores de rua que vivem perambulando nesta cidade passaram a conviver com mais esta ameaça, podem ser assassinados enquanto dormem. Os números crescentes dos seqüestros e assassinatos nos dizem de uma cidade em que qualquer pessoa pode ser a próxima vítima. Os mais pobres são as vítimas mais numerosas. Uma realidade cada vez mais associada à expansão do narcotráfico. Vivemos sob o signo do medo. Caminhar nas praças, nas ruas, torna-se um risco. Nos afastamos dos espaços públicos. A cidade, ao invés de acolher, integrar, proteger seus cidadãos, estimular a vida coletiva, segrega e ameaça.

Um diagnóstico atribui à pobreza extrema, ao desemprego, à falta de alternativas para nossa juventude, à desigualdade social crescente, as causas dessa violência. Tanto é assim que a Prefeitura ostenta como indicadores de sucesso de suas políticas de transferência de renda a redução da criminalidade nas áreas em que concentrou essa política.

Essa situação, que alguns já identificam como uma guerra civil molecular, não ocorre só em São Paulo. Outras regiões metropolitanas estão nas mesmas condições.

Ao lado das políticas de transferência de renda, a receita proposta pelos governos é mais violência. Mais polícia na rua, mais repressão. Em alguns lugares tem-se notícia de que agem impunemente grupos de extermínio. As mortes de pessoas “em confronto” com a polícia são cada vez mais numerosas.

Essas respostas por parte do Estado não vão resolver a situação. Nem as milícias privadas, nem os sistemas de segurança, dão conta de conter a violência. Isto porque não enfrentam as causas que geram a criminalidade. Mas isso também é sabido. Uma política que gera a exclusão social não pode esperar conter a barbárie.

Ampliar a cobertura e dar qualidade às políticas públicas de educação, saúde, emprego, moradia, saneamento básico, transportes, também é um discurso conhecido. E é um discurso correto. Se, de fato, essas políticas tivessem um grande impulso, então teríamos uma esperança, uma perspectiva de solução para a crise atual. Poderíamos pensar em uma sociedade mais solidária, onde todos cidadãos e cidadãs tivessem respeitados seus direitos a uma vida digna.

Mas, mantido o modelo de desenvolvimento atual, mesmo se a economia crescer, isso é impossível. Não há possibilidade de universalização de políticas públicas. Não há possibilidade de inclusão social. No país que é campeão mundial da desigualdade, as ações do Estado tornam o cobertor de proteção social da maioria da população cada vez mais curto. E isso afeta a todos, mas principalmente os cerca de 45% da população urbana brasileira que vivem abaixo da linha da pobreza.

Para garantir uma solução para os problemas da violência e da pobreza é preciso uma mudança radical no papel do Estado. O Estado atual nunca deixou de defender os interesses das elites, os interesses do mercado. Essa reforma democrática radical do Estado tem por objetivo socializar poder, construir novas relações entre representantes e representados, criar mecanismos cotidianos de relação do governo com as representações coletivas da cidadania na formulação e controle de políticas que promovam a redistribuição de renda, que adotem um modelo de desenvolvimento orientado para investir no bem-estar de todos os brasileiros.

A nossa democracia é incapaz de respeitar os direitos dos cidadãos e de operar essa reforma radical do Estado. As regras atuais não permitem o controle social das políticas públicas nem dão margem à participação cidadã nas decisões que orientam a ação do Estado.

Não somos um país isolado no mundo, e mesmo entre nós temos toda uma história de mobilizações sociais que apontam o caminho da conquista de direitos. São os movimentos sociais, são as conquistas de novas leis, novas institucionalidades, novas políticas, que permitirão alcançar um novo padrão de civilidade. E este processo não é o de manifestações espontâneas, ele precisa ser construído por toda uma rede de entidades que constituem um campo político democrático e popular.

*Texto originalmente publicado no jornal *Diário de São Paulo* de 27 de julho de 2004.